

Para evitar o caos

A expectativa de uma inflação sob controle no nível de 40 por cento ao mês durante o período de transição para o novo governo evidentemente está prejudicada. A taxa rompeu o nível de resistência dos 40 por cento e segue em marcha batida para o desconhecido.

O governo deveria pensar, desde já, em algum tipo de acerto com a equipe do futuro Presidente visando a impor algumas medidas logo após 17 de dezembro. É evidente que o Presidente eleito, seja qual for, terá todo interesse em assumir o poder num cenário de ordem. A desordem econômica lhe imporá a necessidade de adotar, logo na primeira semana, medidas emergenciais que poderão tumultuar o seu programa econômico, considerando-se que ambos os candidatos são céticos em relação ao choque. Um certo nível de controle sobre a situação atual é, pois, desejável para ambos.

O atual Governo, sozinho, não conseguirá êxito na implementação de qualquer programa de sustentação da transição, o que ocorrerá, sem dúvida, se vier a contar com o beneplácito da nova equipe. É a idéia de continuidade e de autoridade que garante a eficiência dos programas econômicos. Um impacto fiscal e um impacto tarifário, sem dúvida, serão exigidos no contexto de qualquer dos futuros programas econômicos, porque ambos contemplam o crescimento econômico como meta prioritária de curto prazo.

Como não poderá haver retomada do crescimento na ausência da recuperação do poder de investimento do setor público, dever-se-ia antecipar as medidas correspondentes, graduando-as no tempo, para que não constituam um "choque" a 15 de março, como foi necessário a Menem, na Argentina, que promoveu reajustes de até 500 por cento.

Também parece evidente a necessidade de correção cambial face ao grande desajuste verificado este ano. A manutenção da capacidade exportadora do País exige um programa de rápida recuperação do valor do dólar. Também quanto a este aspecto, um programa gradual, que evite a maxidesvalorização em março, seria de todo conveniente.

Enfim, há diversos campos onde ambos os governos poderão trabalhar em conjunto a partir de meados de dezembro. Passadas as eleições, o interesse eleitoral do candidato estará resolvido, sobressaindo-se, então, exclusivamente o interesse do País. Sob esta visão, nada há a impedir a articulação das duas equipes para evitar que a longa transição acabe de arruinar a estrutura econômica e financeira nacional. Na ausência dessa articulação, o eventual agravamento da crise poderá vir a exigir a antecipação da posse, medida que a todo custo deveremos evitar porque corresponde a uma ruptura da normalidade do processo político do País.